



**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA PROCESSUAL – DFDP**  
**LEI Nº 14.133/2021**  
**EXERCÍCIO FINANCEIRO 2024**

Em atendimento ao disposto nos artigos 5º e 6º da Lei Federal nº 9.784/1999 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, podendo ser aplicada no âmbito Municipal diante da ausência de lei específica, procedemos a abertura do presente processo administrativo.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 94/2024.**  
**AUTUADO EM: 12/07/2024.**

- AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS  
 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS  
 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE  
 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS  
 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS  
 TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL

Pelo presente instrumento, encaminhamos à consideração da Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Saquarema – IPRES este Documento de Formalização da Demanda Processual – DFDP, para apreciação.

<b>RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA PROCESSUAL</b>	<b>MATRÍCULA N.º</b>
Gabriela Alves de Araújo (Diretora de Administração e Finanças)	66176-1
<b>E-MAIL (RESPONSÁVEL)</b>	<b>TELEFONE</b>
<a href="mailto:adminfinanceiro@ipres.rj.gov.br">adminfinanceiro@ipres.rj.gov.br</a>	(22) 2651-4827
<b>IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA – DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO</b>	
Contratação de Serviços de acesso ao Sistema Nacional de Informações de Registros Cíveis (SIRC), pois obtivemos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a autorização para contratação da DATAPREV para obtenção dos dados de óbitos, conforme Ofício SEI nº 545/2024/DIRBEN-INSS, Processo nº 35014.130972/2022-77.	
<b>JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO</b>	
A utilização do sistema tem por finalidade a suspensão de proventos previdenciários, sejam eles de aposentadorias e/ou pensionistas, concedidos exclusivamente por esta Autarquia.	
<b>QUANTIDADES DE ITENS/SERVIÇOS A SEREM ADQUIRIDOS/CONTRATADOS</b>	
A capacidade de requisições por mês será de menos de 3.000.	
<b>DATA PREVISTA PARA DISPONIBILIDADE DOS ITENS/SERVIÇOS</b>	
Até o dia 30 de setembro de 2024.	
<b>PRIORIDADE DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO</b>	
BAIXA ( ) MÉDIA ( ) ALTA (X)	
<b>JUSTIFICATIVA DE PRIORIDADE</b>	
A prioridade é alta, uma vez que agilizará o acesso a informações de óbitos de servidores aposentados e pensionistas a	





Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
IPRES – Instituto de Previdência dos Servidores  
Municipais de Saquarema



fim de evitar o pagamento indevido de benefícios ou até mesmo fraudes, bem como otimizar os processos de trabalho do setor de Recursos Humanos do Instituto.

Saquarema, 12 de julho de 2024.



**Responsável pela Formalização da Demanda Processual**  
**Gabriela Alves de Araújo**  
**Diretora de Administração e Finanças**  
**Matrícula nº 66176-1**

Encaminhe-se à Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Saquarema – IPRES, para análise e deliberação sobre a apresentação da demanda e o prosseguimento da solicitação de aquisição/contratação.

De acordo,

**Nilmar Epaminondas da Silva**  
**Presidente do IPRES**  
**Matrícula nº 9028**



**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**  
**(IN SEGES nº 58 de 08/08/2022)**  
**Processo Administrativo nº 94/2024**

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (obrigatório):**

Contratação de Serviços de acesso ao Sistema Nacional de Informações de Registros Civis (SIRC), pois obtivemos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a autorização para contratação da DATAPREV para obtenção dos dados de óbitos, conforme Ofício SEI nº 545/2024/DIRBEN-INSS, Processo nº 35014.130972/2022-77. A utilização do sistema tem por finalidade a suspensão de proventos previdenciários, sejam eles de aposentadorias e/ou pensionistas, concedidos exclusivamente por esta Autarquia.

O SIRC é uma base de governo que tem por finalidade captar, processar, arquivar e disponibilizar dados relativos a registros de nascimento, casamento, óbito e natimorto, produzidos pelos cartórios de registro civil das pessoas naturais.

O compartilhamento desses dados é de grande interesse para o IPRES, uma vez que agilizaria o acesso a informações de óbitos de servidores aposentados e pensionistas a fim de evitar o pagamento indevido de benefícios ou até mesmo fraudes, bem como otimizar os processos de trabalho do Setor de Recursos Humanos que utiliza essas informações.

Para reduzir as chances de fraudes e de concessão equivocada de benefícios, a necessidade do IPRES é predominantemente sobre os registros de óbitos. Porém, eventualmente, podem ser necessárias consultas também a registros de casamentos e de nascimentos, embora em menor quantidade quando comparado ao de óbitos.

**2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, OBSERVADAS AS LEIS OU REGULAMENTAÇÕES ESPECÍFICAS, BEM COMO PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO:**

O objeto desta contratação é o acesso ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC) por meio do uso de API's. O serviço utiliza a base de dados do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

Uma API corresponde a um conjunto de rotinas e padrões de programação para acesso a um aplicativo de software ou plataforma baseado na Web. A sigla API se refere ao termo em inglês “Application Programming Interface”, que significa, em tradução para o português, “Interface de Programação de Aplicativos”.

A solução a ser contratada fornece informações relativas ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – SIRC, base de dados do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

O serviço deve estar disponível em regime 24x7, exceto durante janelas de manutenção programadas, conforme calendário anual de manutenções programadas da Dataprev.



As janelas de manutenção serão programadas preferencialmente nos fins de semana, feriados e a partir das 0h (meia noite). Quando necessário, em dias úteis.

Existem dois tipos de parada para o serviço:

– **Parada Programada:** previamente agendada e divulgada no cronograma anual de paradas pela área da Dataprev responsável pela implantação de soluções e planejamento de mudanças;

– **Parada Emergencial:** não prevista ocasionada por eventos inesperados, a exemplo de problemas de hardware, reorganizações emergenciais em bases de dados para atendimento de exigências legais, dentre outros.

A parada, seja ela emergencial ou programada deve ser comunicada ao IPRES com pelo menos 48 horas de antecedência para análise e anuência.

A parada emergencial não comunicada com a antecedência mínima de 48 horas pode não ser enquadrada como indisponibilidade, caso a Dataprev comunique algum dos responsáveis pelo serviço no IPRES por telefone e por e-mail, apresentando as devidas justificativas. Para estes casos, fica a critério do responsável contatado considerar se a parada constitui indisponibilidade, devendo tal posição ser formalizada por e-mail até o próximo dia útil à comunicação feita pela Dataprev.

A Dataprev deve fornecer calendário anual de Paradas de Manutenções Programadas.

Será considerado como Nível Mínimo de Serviço o atendimento a 98% de disponibilidade dentro do regime de funcionamento do serviço. São excluídas deste cálculo as paradas programadas até o limite de sua franquia.

Para fins de mensuração do nível mínimo de serviços, será considerada indisponibilidade:

Qualquer inoperância do sistema que não esteja abrangida por janela de manutenção previamente informada e que não se enquadre como parada emergencial;

Parada emergencial que não for comunicada com pelo menos 48 horas de antecedência.

Em caso de indisponibilidade, será aplicado desconto no valor faturado com base no período de faturamento de acordo com a tabela anexa no Modelo de Negócio.

**3. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR, PODENDO, ENTRE OUTRAS OPÇÕES:**

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;
- b) ser realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições;
- c) em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, ser



avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular; e

- d) ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.

Atualmente, existem dois serviços que permitem o acesso a dados do SIRC: DaaS e Batimento.

**DaaS – Dados como Serviço:** trata-se de integração entre sistemas, ou seja, após a contratação será disponibilizada uma chave de acesso que permitirá que o sistema do IPRES se integre ao da DATAPREV. Para isso, faz-se necessário o desenvolvimento dessa interface de integração. Não se trata de dar acesso a um portal ou a um sistema com dados de óbitos, e sim uma chave que permitirá que, a partir do próprio sistema do IPRES, a consulta seja feita diretamente no sistema da DATAPREV. Para tanto, será necessário o apoio da área de Tecnologia da Informação (TI) do IPRES.

**Batimento de dados do SIRC:** neste serviço, o IPRES envia um arquivo no formato indicado no modelo de negócio e a DATAPREV realiza o cruzamento das informações na própria infraestrutura. Após, é devolvido um arquivo com o resultado desse cruzamento. Tudo isso ocorre por meio de um portal, também sendo necessário o envolvimento de alguém da área de Tecnologia da Informação (TI) do IPRES. Para esta modalidade, haverá a necessidade de indicação da volumetria estimada de consumo por tipo de informação, quais sejam: casamento, nascimento e óbito.

Apenas o responsável indicado no processo junto à DIRBEN-INSS poderá ter acesso à chave (DaaS) ou ao painel (Batimento), a depender do serviço que será contratado. Caso haja interesse que outra pessoa tenha acesso, será necessário enviar novo Termo de Autorização de Acesso ao INSS.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO:**

A solução escolhida pelo Instituto é a contratação do serviço **DaaS – Dados como Serviço**, posto que esse serviço tem como público-alvo organizações privadas e, principalmente, órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e/ou municipal que operem políticas públicas estratégicas para o Estado Brasileiro ou que tenham interesse em acessar e trabalhar com dados sociais de governo geridos pela DATAPREV.

#### **5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA (obrigatório):**



A quantidade a ser contratada será o **Pacote 1, com capacidade de 3.000 (três mil) requisições/mês, no valor mensal de R\$2.064,48 (dois mil e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos)**, conforme tabela constante no “ITEM 4 – PREÇO E PRAZO DE CONTRATAÇÃO”, do Modelo de Negócio MDN/DIMN/7/2024 (Nº SEI! 0011969) 44129.002793/2024-14 – Nome da Solução: DaaS – Dados como Serviço – Versão: 1.2, anexo a este Estudo Técnico Preliminar (ETP).

**6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO (obrigatório):**

A quantidade a ser contratada será o **Pacote 1, com capacidade de 3.000 (três mil) requisições/mês, no valor mensal de R\$2.064,48 (dois mil e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos)**, conforme tabela constante no “ITEM 4 – PREÇO E PRAZO DE CONTRATAÇÃO”, do Modelo de Negócio MDN/DIMN/7/2024 (Nº SEI! 0011969) 44129.002793/2024-14 – Nome da Solução: DaaS – Dados como Serviço – Versão: 1.2, anexo a este Estudo Técnico Preliminar (ETP).

**7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (obrigatório):**

Dataprev é a empresa de tecnologia autorizada pelo INSS para desenvolvimento e manutenção do SIRC e o compartilhamento dos dados nele contidos com órgãos públicos está previsto na Resolução nº 4 do CGSIRC, de 28 de maio de 2019. Assim sendo, a possibilidade de parcelamento não existe para o serviço provido.

**8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:**

Não aplicável ao presente caso.

**9. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE:**

A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Saquarema – IPRES, que está em consonância com o seu orçamento anual. **Dotação Orçamentária nº 3.3.90.39.99.00.00 – Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica).**



**10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS:**

A contratação deste serviço visa à tempestiva regularidade cadastral da base de dados do IPRES, a fim de evitar o pagamento indevido de benefícios a servidores, aposentados e pensionistas do IPRES, bem como evitar fraudes na concessão desses benefícios. Espera-se que esta tempestiva regularidade cadastral seja auferida por meio das informações de óbitos disponibilizadas pelo SIRC de forma ágil, sem depender de comunicação externa;

Ainda, objetiva promover a melhoria da qualidade e da fidedignidade dos dados custodiados pelo IPRES, bem como aperfeiçoar os processos de trabalho das áreas responsáveis que os utilizam. O SIRC também disponibiliza os dados dos registros civis de casamento, nascimento e natimorto;

Além dos objetivos informados anteriormente, espera-se permitir a tomada de decisão imediata pela Administração do IPRES diante das informações obtidas pelo referido sistema.

A partir do acesso aos dados do SIRC, é possível tomar conhecimento de um falecimento, por exemplo, sem a necessidade de se aguardar comunicação externa, feita geralmente por um familiar (no entanto, destaca-se também que há ocorrências de óbitos que nem chegam a ser comunicadas). Com isso, o IPRES poderia, numa periodicidade definida e célere, atualizar o cadastro de inativos e de pensionistas.

A partir de um acesso mais tempestivo aos dados do SIRC, como benefício indireto as áreas envolvidas que precisam realizar este tipo de verificação poderiam ganhar tempo para dedicar a outras tarefas.

**11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, TAIS COMO ADAPTAÇÕES NO AMBIENTE DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE, NECESSIDADE DE OBTENÇÃO DE LICENÇAS, OUTORGAS OU AUTORIZAÇÕES, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL:**

Para a contratação pretendida houve as providências prévias por parte do IPRES, conforme documentos que instruem os autos.

Ademais, o gestor e fiscal do contrato devem ter ciência do que aborda o Decreto Municipal nº 2.722 de 10 de janeiro de 2024, que regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Saquarema, se for o caso.

O Setor requisitante indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato, se for o caso.

Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

a) elaboração de minuta do edital, caso aplicável;



- b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- d) elaboração de minuta do contrato, caso aplicável;
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica e controle interno;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados, caso aplicável;
- g) publicação e divulgação do edital e anexos, caso aplicável;
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas, caso aplicável;
- j) realização de empenho; e
- k) assinatura e publicação do contrato, caso aplicável.

**12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL:**

A contratada deverá comprometer-se a adotar medidas e procedimentos referentes ao desenvolvimento nacional sustentável, observando as normas específicas, entre elas a Lei nº 14.133/2021 e ao disposto no artigo 170, inciso VI da Constituição Federal/1988, bem como a legislação municipal referente ao meio ambiente, Lei nº 1.055 de 19 de março de 2010, que dispõe sobre o Código Municipal de Meio Ambiente, e dá outras providências.

**13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório):**

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a melhor alternativa para solucionar a demanda é realizar a **Contratação Direta por Inexigibilidade**, com base no artigo 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e do que dispõe o Decreto Municipal nº 2.723 de 10 de janeiro de 2024.

**Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:**

**I – aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;**





Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
IPRES – Instituto de Previdência dos Servidores  
Municipais de Saquarema



Conforme Declarações de Exclusividade DEC/DRN/1/2024 (Nº SEI! 0009708) e DEC/DRN/2/2024 (Nº SEI! 0009718) anexas, a DATAPREV S.A é prestadora exclusiva do serviço de Application Programming Interface – API's e de Batimento de Dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil aos clientes elegíveis para requisitar e obter tais informações.

Saquarema, 12 de julho de 2024.

Responsável pela Formalização da Demanda Processual  
Gabriela Alves de Araújo  
Diretora de Administração e Finanças  
Matrícula nº 66176-1

Encaminhe-se à Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Saquarema – IPRES, para análise e deliberação sobre este Estudo Técnico Preliminar e o prosseguimento da solicitação de aquisição/contratação.

De acordo,

Nilmar Epaminondas da Silva  
Presidente do IPRES  
Matrícula nº 9028



**ANÁLISE DE RISCOS (LEI Nº 14.133/2021)**  
**Processo Administrativo nº 94/2024**

**RISCO 01**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: (x) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Impacto: ( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto

Dano: Ausência da formalização da demanda ou documento incompleto, gerando uma possível contratação que não atende aos objetivos institucionais.

Ação Preventiva: Área requisitante deve iniciar o processo por meio do preenchimento do “Documento de Formalização de Demanda Processual (DFDP)”, conforme modelo próprio disponibilizado.

Responsável: Setor requisitante.

Ação de Contingência: Equipe de planejamento da contratação devolve o processo à área requisitante para elaborar ou complementar o DFDP, quando necessário. Somente após isso inicia o planejamento da contratação.

Responsáveis: Equipe de planejamento da contratação.

**RISCO 02**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: (x) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Impacto: ( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto

Dano: Contratação sem a realização de estudos técnicos preliminares, trazendo prejuízos para a Administração em virtude da possibilidade de desperdício de recursos públicos, impossibilidade de contratação ou especificações indevidas.

Ação Preventiva: Os Estudos Técnicos Preliminares devem ser realizados e adequados para cada tipo de contratação.

Responsáveis: Equipe de planejamento da contratação.

Ação de Contingência: O processo de contratação que não contenha o Estudo Técnico Preliminar não deve ser aprovado.

Responsáveis: Diretoria Executiva.



### **RISCO 03**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: (x)Baixa ( )Média ( )Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

Dano: Os servidores indicados pelo requisitante para compor a equipe de planejamento não possuem capacidade técnica para executar as tarefas inerentes a fase de planejamento da contratação.

Ação preventiva: O responsável pela demanda escolhe servidores com perfil adequado para atuarem no planejamento da contratação.

Responsável: Setor requisitante.

Ação de contingência: O servidor indicado pela Diretoria de Planejamento das Contratações para compor a equipe de planejamento da contratação envia e-mail ou ofício ao responsável pela demanda com cópia para a Diretoria de Planejamento das Contratações, solicitando que seja indicado outro servidor para colaborar no planejamento da contratação.

Responsáveis: Servidores indicados pela Diretoria Executiva.

### **RISCO 04**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: (x) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

Dano: Dificuldades de comunicação com a unidade requisitante, provocando atrasos na elaboração dos documentos obrigatórios na fase de planejamento da contratação, ou produzindo documentos que não atendem as especificações do objeto e a legislação vigente.

Ação preventiva: O servidor da equipe de planejamento da contratação indicado pela Diretoria de Planejamento das Contratações recebe a demanda e inicia imediatamente a comunicação com os membros indicados pela unidade requisitante, utilizando-se de diversos canais, como e-mail e aplicativos de mensagens, inclusive formando grupos de conversas para facilitar a comunicação e a condução dos trabalhos.

Responsáveis: Servidores da equipe de planejamento da contratação indicados pela Diretoria Executiva.

Ação de Contingência: O servidor indicado pela Diretoria de Planejamento das Contratações para compor a equipe de planejamento contata diretamente os demais membros da equipe pessoalmente ou via telefone, e enfatiza a importância do planejamento e da execução das tarefas inerentes a esta etapa do processo de contratação, e caso não seja possível fazer contato ou o alerta não seja eficaz, deverá ser formalizada reclamação junto aos superiores dos servidores negligentes, com o conhecimento da Diretoria de Planejamento das Contratações.

Responsáveis: Servidores da equipe de planejamento da contratação indicados pela Diretoria Executiva.



### **RISCO 05**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: (x) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Impacto: ( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto

Dano: Erro na especificação do objeto com chances de comprometer a finalidade da contratação.

Ação preventiva: Consultar contratações similares e fazer uma revisão crítica do Estudo Técnico Preliminar.

Responsáveis: Equipe de planejamento da contratação.

Ação de contingência: Cancelamento/Revogação da licitação para republicação do edital.

Responsável: Diretoria de Administração e Finanças.

### **RISCO 06**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: (x) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Impacto: ( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto

Dano: Justificativa da contratação não é explicitada em nível de detalhe adequado, levando a dificuldade dos atores envolvidos de justificar a contratação quando questionados. (ex: por cidadãos, comunidade interna, órgãos de controle etc.). Ofensa ao princípio da motivação dos atos administrativos.

Ação preventiva: Reunião e sistematização de todas as justificativas referentes ao serviço a ser contratado no Documento de Formalização de Demanda.

Responsável: Setor requisitante.

Ação de contingência: Publicação dos Estudos Técnicos Preliminares na Internet, no próprio site do Instituto, garantindo o acesso às informações a qualquer cidadão interessado, de acordo com o princípio da publicidade expresso no caput do art. 37 da CF e atender a solicitação de informações, fornecendo as justificativas e elucidando as dúvidas do interessado.

Responsáveis: Diretoria Executiva.

### **RISCO 07**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: (x) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Impacto: ( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto



Dano: Demora nas análises administrativa e jurídica, causando atraso na efetivação da contratação.

Ação preventiva: Encaminhar os autos para análises administrativa e jurídica com amplo prazo da data programada para a Contratação, cumprindo as determinações da gestão do IPRES e seguindo os procedimentos estabelecidos nas normas internas, bem como na legislação vigente.

Responsáveis: Equipe de planejamento, setor requisitante e Diretoria Executiva.

Ação de contingência: Avaliar a possibilidade de contratação emergencial.

Responsáveis: Diretoria Executiva.

### **RISCO 08**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: ( ) Baixa (x) Média ( ) Alta

Impacto: ( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto

Dano: Existência de outras demandas prioritárias de contratações, podendo causar atraso nesta contratação ou impedir que a mesma seja efetivada.

Ação preventiva: Definir cronograma de trabalho geral do setor de Planejamento das Contratações.

Responsável: Diretoria de Administração e Finanças

Ação de contingência: Priorizar ou delegar a atividade às chefias de divisões.

Responsável: Diretoria Executiva.

### **RISCO 09**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: (x) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Impacto: ( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto

Dano: Atraso nos trabalhos em razão de ausências ou afastamentos dos servidores envolvidos nesta contratação.

Ação preventiva: Planejar as ausências regulamentares dos servidores. Designar titulares e substitutos para as atividades (ainda que informalmente).

Responsáveis: Equipe de Planejamento das Contratações/Setor Requisitante.

Ação de contingência: Redistribuir os trabalhos.

Responsáveis: Diretoria Executiva.



### **RISCO 10**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: ( )Baixa (x)Média ( )Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

Dano: Pesquisa de preços ineficiente, que não consegue traduzir a realidade dos preços praticados no mercado, podendo levar a uma licitação deserta/fracassada ou em um contrato superfaturado ou inexecutável.

Ação preventiva: Manter a pesquisa de preços atualizada, utilizar as mais diversas fontes de preços e seguir os normativos vigentes aplicáveis à pesquisa de mercado, utilizando a mediana dos preços obtidos sempre que a pesquisa coletar orçamentos com valores discrepantes.

Responsáveis: Equipe de Planejamento das Contratações/Setor Requisitante.

Ação de contingência: Refazer e revalidar a pesquisa de mercado, sempre com um olhar crítico sobre a pesquisa anterior para não repetir os erros.

Responsáveis: Equipe de Planejamento das Contratações/Setor Requisitante.

### **RISCO 11**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: ( )Baixa ( )Média (x)Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

Dano: Não atendimento da demanda no prazo necessário, prejudicando o andamento das atividades institucionais.

Ação preventiva: Finalizar a fase de planejamento da contratação com pelo menos 45 dias de antecedência para o início previsto da prestação do serviço.

Responsáveis: Equipe de Planejamento das Contratações/Setor Requisitante.

Ação de contingência: Providenciar o mais rápido possível o envio do processo à Divisão de Licitação após a análise jurídica do mesmo, alertando sobre a urgência e a necessidade da contratação.

Responsáveis: Diretoria Executiva



## **RISCO 12**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: (x)Baixa ( )Média ( )Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

Dano: Não atendimento às recomendações do parecer jurídico sem justificativa, possibilitando apontamentos pelos órgãos de controle e processo administrativo de responsabilização aos agentes públicos.

Ação preventiva: É imprescindível analisar o parecer jurídico, adotando as providências e realizando os ajustes necessários para o prosseguimento do processo de contratação.

Responsáveis: Equipe de Planejamento das Contratações/Setor Requisitante.

Ação de contingência: Detectada alguma divergência o processo deve ser enviado para a autoridade competente para que sejam adotadas providências cabíveis objetivando sempre o atendimento integral da legislação vigente e das recomendações dos órgãos de controle.

Responsáveis: Diretoria Executiva

## **RISCO 13**

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Probabilidade: (x)Baixa ( )Média ( )Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

Dano: Contratação de serviços que envolvam vedações constantes no Decreto nº 9.507/2018 para execução indireta.

Ação preventiva: Verificar se a contratação se enquadra nas vedações do Decreto nº 9.507/2018, e restando dúvida, a equipe de planejamento deve solicitar ao setor requisitante a realização de diligências para a comprovação da possibilidade de execução indireta.

Responsáveis: Equipe de Planejamento das Contratações/Setor Requisitante.

Ação de contingência: Suspensão do processo e encaminhamento para consulta da Procuradoria Jurídica.

Responsáveis: Diretoria Executiva



### **RISCO 14**

Fase de Análise: Seleção do Fornecedor

Probabilidade: Baixa Média Alta

Impacto: Baixo Médio Alto

Dano: Falha na condução do processo licitatório.

Ação preventiva: Leitura prévia, conferência prévia do processo, normatização dos procedimentos referentes à operacionalização, suporte administrativo, auxiliando e esclarecendo as dúvidas do Agente de Contratação e capacitação.

Responsáveis: Comissão de Licitação.

Ação de contingência: Suspensão para saneamento das falhas e retorno com invalidação dos atos insanáveis.

Responsável: Diretoria Executiva.

### **RISCO 15**

Fase de Análise: Seleção do Fornecedor

Probabilidade: Baixa Média Alta

Impacto: Baixo Médio Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Pedidos de esclarecimentos/impugnações ao edital que alterem o Instrumento Convocatório, gerando gastos excessivos com publicidade e atrasando a contratação.

Ação preventiva: Elaborar um Edital e um Termo de Referência observando o contido no Estudo Técnico Preliminar e no Mapa de Análise de Riscos, que de um lado contemplem às necessidades da Administração do IPRES, e de outro, estejam de acordo com a realidade de mercado, sendo o seu objeto técnica e economicamente executável/viável, além de atender a legislação vigente.

Responsáveis: Equipe de Planejamento das Contratações/Setor Requisitante.

Ação de contingência: Ajuste e republicação do edital e seus anexos.

Responsáveis: Equipe de Planejamento das Contratações/Setor Requisitante.





### **RISCO 16**

Fase de Análise: Seleção do Fornecedor

Probabilidade: ( ) Baixa ( ) Média (x) Alta

Impacto: ( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Licitação deserta/fracassada, exigindo o retrabalho em função da necessidade de reavaliação dos critérios de Contratação, causando atraso na efetivação da mesma.

Ação preventiva: Divulgação ampla da licitação, além do sistema de compras governamentais, com envio de correio eletrônico às empresas prestadoras do serviço, bem como realizar uma ampla pesquisa de mercado para referenciar o preço.

Responsáveis: Comissão de Licitação.

Ação de contingência: Republicação da licitação e ampliação da divulgação do edital, com convite direto às empresas que apresentaram orçamento na pesquisa de preços e às empresas contratadas de outros órgãos.

Responsáveis: Chefe de Comissão de Licitação.

### **RISCO 17**

Fase de Análise: Seleção do Fornecedor

Probabilidade: (x) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Impacto: ( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Melhor proposta obtida acima do valor de referência, gerando uma licitação fracassada.

Ação preventiva: Elaboração precisa do valor de referência por meio de consulta a uma ampla fonte de dados.

Responsáveis: Equipe de Planejamento.

Ação de contingência: Negociação do valor com as licitantes.

Responsáveis: Comissão de Licitação.



### **RISCO 18**

Fase de Análise: Seleção do Fornecedor

Probabilidade: (x)Baixa ( )Média ( )Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Não aceite de proposta/inabilitação de licitante com potencial de provocar atraso na contratação.

Ação preventiva: Adequar corretamente as condições de habilitação ao objeto do contrato.

Responsável: Comissão de Licitação.

Ação de contingência: Convocação do próximo licitante.

Responsáveis: Chefe da Comissão de Licitação.

### **RISCO 19**

Fase de Análise: Seleção do Fornecedor

Probabilidade: (x)Baixa ( )Média ( )Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Apresentação de recurso com potencial de gerar atraso na contratação.

Ação preventiva: Adequada Instrução Processual e uma boa condução do certame.

Responsáveis: Equipe de Planejamento.

Ação de contingência: Reabertura do certame com aproveitamento de todos os atos não comprometidos.

Responsável: Chefe da Comissão de Licitação.

### **RISCO 20**

Fase de Análise: Seleção do Fornecedor

Probabilidade: ( )Baixa (x)Média ( )Alta

Impacto: ( )Baixo (x)Médio ( )Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**



Dano: Consequência da participação de empresas “aventureiras” no processo de licitação.

Ação preventiva: Edital contendo às sanções para os comportamentos tipificados na lei.

Responsável: Equipe de Planejamento.

Ação de contingência: Pregoeiro inicia processos administrativos para investigar e punir os responsáveis.

Responsável: Chefe da Comissão de Licitação.

### **RISCO 21**

Fase de Análise: Gestão do Contrato.

Probabilidade: ( )Baixa (x)Média ( )Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Elementos básicos do contrato não estão claros de maneira uniforme para as partes, levando a diferenças de entendimentos e expectativas entre as mesmas, podendo atrasar a execução do serviço.

Ação preventiva: Previsão no contrato do modelo de execução do objeto, com todas as informações relevantes necessárias, disposição de forma clara das obrigações da contratada e contratante previstas no modelo de execução do objeto.

Responsável: Comissão de Licitação.

Ação de contingência: Reunião, com a presença das partes interessadas, para esclarecer os pontos do contrato.

Responsáveis: Fiscal do Contrato/Divisão de Contratos.

### **RISCO 22**

Fase de Análise: Gestão do Contrato.

Probabilidade: ( )Baixa (x)Média ( )Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Ausência de procedimentos formais de comunicação entre as partes (contratada e contratante), levando a falhas na comunicação e ausência de evidências das ocorrências do contrato, causando retardo e falhas na execução do contrato.



Ação preventiva: Incluir no Termo de Referência a definição de protocolo de comunicação entre o contratante e o contratado ao longo da execução contratual, viabilizando dessa forma a comunicação fluente entre as partes, preferencialmente por meio dos canais disponíveis na rede mundial de computadores.

Responsáveis: Setor Requisitante/Equipe de fiscalização e gestão do contrato.

Ação de contingência: Realização de Termo Aditivo no contrato para prever os mecanismos de comunicação.

Responsáveis: Setor Requisitante/Equipe de fiscalização e gestão do contrato.

### **RISCO 23**

Fase de Análise: Gestão do Contrato.

Probabilidade: (x)Baixa ( )Média ( )Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Selecionar empresas sem qualificação adequada para a execução do objeto.

Ação preventiva: Inclusão no Termo de Referência de exigências de qualificação econômico/financeira e técnica compatível com a complexidade do objeto a ser contratado.

Responsáveis: Setor Requisitante/Equipe de fiscalização e gestão do contrato.

Ação de contingência: Rescindir o contrato e planejar uma nova contratação com empresas especializada no serviço, que atenda a demanda e a legislação vigente.

Responsáveis: Diretoria Executiva.

### **RISCO 24**

Fase de Análise: Gestão do Contrato.

Probabilidade: (x)Baixa ( )Média ( )Alta

Impacto: ( )Baixo ( )Médio (x)Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Descontinuidade na prestação dos serviços.

Ação preventiva: Priorizar o processo licitatório visando contratar empresa especializada na prestação do serviço, com vasta experiência em sua área de atuação, considerando a compatibilidade com a legislação vigente.

Responsáveis: Setor Requisitante/Equipe de fiscalização e gestão do contrato.



Ação de contingência: Contratar empresa para exigir continuidade do serviço e aplicar as sanções previstas em contrato caso a prestação do serviço não seja retomada, e rescindir o contrato quando as sanções não surtirem o efeito desejado pela Administração Autárquica, iniciando um novo planejamento para efetivar uma contratação que atenda a demanda e a legislação vigente.

Responsáveis: Setor Requisitante/Equipe de fiscalização e gestão do contrato.

### **RISCO 25**

Fase de Análise: Gestão do Contrato.

Probabilidade: (x) Baixa () Média () Alta

Impacto: ( ) Baixo () Médio (x) Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Serviços sendo prestados de forma que não abrangem todas as necessidades do IPRES.

Ação preventiva: Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de prestação do serviço.

Responsáveis: Setor Requisitante/Equipe de fiscalização e gestão do contrato.

Ação de contingência: Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade na rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório, ou convocação da segunda colocada na hipótese de ter sido criado cadastro reserva no Pregão.

Responsáveis: Setor Requisitante/Equipe de fiscalização e gestão do contrato.

### **RISCO 26**

Fase de Análise: Gestão do Contrato.

Probabilidade: (x) Baixa () Média () Alta

Impacto: ( ) Baixo () Médio (x) Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Intempestividade no fornecimento dos serviços gerando perdas financeiras.

Ação preventiva: Elaboração de contrato contendo as sanções para os comportamentos tipificados na Lei.

Responsável: Fiscal dos Contratos

Ação de contingência: Fiscalização efetiva com mecanismos de controle adequados e abertura de processo administrativo para investigar e punir os responsáveis.

Responsáveis: Equipe de fiscalização técnica e administrativa.



### **RISCO 27**

Fase de Análise: Gestão do Contrato.

Probabilidade: (x) Baixa () Média () Alta

Impacto: ( ) Baixo () Médio (x) Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Falta de sistematização sobre o que deve ser verificado na fiscalização contratual. Recebimento do objeto diverso do que foi contratado.

Ação preventiva: Estabelecimento de listas de verificação para os aceites provisórios e definitivos do serviço.

Responsável: Divisão de Contratos.

Ação de contingência: Acompanhamento efetivo da prestação dos serviços para evitar irregularidades/danos à imagem da Autarquia e prejuízo ao público atendido.

Responsável: Fiscal do Contrato

### **RISCO 28**

Fase de Análise: Gestão do Contrato.

Probabilidade: (x) Baixa () Média () Alta

Impacto: ( ) Baixo (x) Médio ( ) Alto

**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Fiscalização deficiente e conflito de funções na fiscalização dos contratos.

Ação preventiva: Oferta de capacitação aos gestores e fiscais dos contratos e incentivo a consulta e leitura de manuais e outros instrumentos de orientação.

Responsáveis: Diretoria Executiva.

Ação de contingência: Abertura de processo administrativo para investigar e punir os fiscais responsáveis pela fiscalização em caso de constatação de irregularidades nos procedimentos elencados nas normas internas e legislação vigente.

Responsáveis: Diretoria Executiva.

### **RISCO 29**

Fase de Análise: Gestão do Contrato.

Probabilidade: (x) Baixa () Média () Alta

Impacto: ( ) Baixo (x) Médio ( ) Alto



**(x) Não se aplica à dispensa/inexigibilidade**

Dano: Contratação não atende à legislação vigente do objeto contratado.

Ação preventiva: Análise dos requisitos legais na fase de planejamento da contratação.

Responsáveis: Equipe de planejamento da contratação.

Ação de contingência: Adequação do contrato com a legislação vigente e atendimento irrestrito das solicitações expedidas pelos órgãos de controle.

Responsáveis: Diretoria Executiva.

**CONCLUSÕES**

29 (vinte e nove) riscos analisados (mapeados), com as suas respectivas ações preventivas e de contingência.

Saquarema, 12 de julho de 2024.

\_\_\_\_\_  
**Responsável pela Formalização da Demanda Processual**  
**Diretora de Administração e Finanças**  
**Gabriela Alves de Araújo**  
**Matrícula nº 66176-1**

Encaminhe-se à Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Saquarema – IPRES, para análise e deliberação sobre a apresentação da Análise de Riscos e o prosseguimento da solicitação de aquisição/contratação.

De acordo,

\_\_\_\_\_  
**Nilmar Epaminondas da Silva**  
**Presidente do IPRES**  
**Matrícula nº 9028**



### JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Nos termos do artigo 72, inciso VII da Lei nº 14.133/2021 que trata da instrução do processo de contratação direta de **INEXIGIBILIDADE**, o preço do item objeto deste processo licitatório está em consonância com o que dispõe o artigo 23, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa nº 73/2020 do Ministério da Economia, ou seja, está compatível com os valores praticados pelo mercado, da DATAPREV S.A com outros entes públicos.

**O valor total estimado para esta contratação direta é de R\$24.773,76 (vinte e quatro mil, setecentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos), por ano.**

Este valor corresponde ao Pacote 1, com capacidade de 3.000 (três mil) requisições/mês, no valor mensal de R\$2.064,48 (dois mil e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), conforme tabela constante no “ITEM 4 – PREÇO E PRAZO DE CONTRATAÇÃO”, do Modelo de Negócio MDN/DIMN/7/2024 (Nº SEI! 0011969) 44129.002793/2024-14 – Nome da Solução: DaaS – Dados como Serviço – Versão: 1.2, já anexo aos autos.

Saquarema, 17 de julho de 2024.

Taylane Moreira Alves  
Assessora Administrativa  
Matrícula nº 9023/IPRES  
Setor de Pesquisa de Preços

Encaminhe-se à Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Saquarema – IPRES, para análise e deliberação sobre a apresentação da Pesquisa de Preços e da Justificativa de Preço e prosseguimento da solicitação de aquisição/contratação.

De acordo,

Nilmar Epaminondas da Silva  
Presidente do IPRES  
Matrícula nº 9028





## PESQUISA DE PREÇOS

(Artigo 23, §1º Lei nº 14.133/2021)

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Saquarema – IPRES.  
Processo Administrativo nº: 94/2024.

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

<p>I – composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP):</p> <p>Obs.: Este item não se aplica para as contratações diretas por Inexigibilidade.</p>
<p>Não se aplica.</p>
<p>II – contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente:</p> <p>Obs.: Este item não se aplica para as contratações diretas por Inexigibilidade.</p>
<p>Não se aplica.</p>
<p>III – utilização de dados de pesquisa publicada em <u>mídia especializada</u>, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de <u>sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo</u>, desde que contenham a data e hora de acesso:</p> <p>Obs.: Este item não se aplica para as contratações diretas por Inexigibilidade.</p>
<p>Não se aplica.</p>
<p>IV – pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante <u>solicitação formal de cotação</u>, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital:</p> <p>Obs.: Este item não se aplica para as contratações diretas por Inexigibilidade.</p>
<p>Não se aplica</p>



**V – pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento:**

**Obs.: Para as contratações diretas por Inexigibilidade, solicitar documentos fiscais dos cursos ministrados pelo fornecedor ou serviços realizados (de preferência com o mesmo tema/objeto), para outros órgãos ou instituições da Administração Pública, emitidos no período de até 01 (um) ano, a fim de verificar se os preços ofertados para o IPRES estão em conformidade com os praticados nas demais entidades/órgãos públicos.**

No presente caso, foi apresentado o Modelo de Negócio MDN/DIMN/7/2024 (Nº SEI! 0011969) 44129.002793/2024-14 – Nome da Solução: DaaS – Dados como Serviço – Versão: 1.2 e o Modelo de Negócio MDN/DIMN/37/2024 (Nº SEI! 0019681) 44129.004446/2024-18 – Nome da Solução: Batimento de Dados do SIRC – Versão: 3.3, onde constam os preços tabelados, praticados para todos os órgãos/entidades da Administração Pública, dependendo, apenas, da quantidade de requisições, de acordo com as necessidades individualizadas de cada órgão/entidade.

Saquarema, 17 de julho de 2024.

**Taylane Moreira Alves**  
Assessora Administrativa  
Matrícula nº 9023/IPRES  
Setor de Pesquisa de Preços

Encaminhe-se à Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Saquarema – IPRES, para análise e deliberação sobre a apresentação da Pesquisa de Preços e da Justificativa de Preço e prosseguimento da solicitação de aquisição/contratação.

De acordo,

**Nilmar Epaminondas da Silva**  
Presidente do IPRES  
Matrícula nº 9028



Saquarema, 18 de julho de 2024.

**Processo Administrativo nº 94/2024.**

**Assunto: Contratação de Serviços de acesso ao Sistema Nacional de Informações de Registros Cíveis (SIRC), por meio do DaaS API's, diante da autorização do INSS para contratação da DATAPREV para obtenção dos dados de óbitos, conforme Ofício SEI nº 545/2024/DIRBEN-INSS, Processo nº 35014.130972/2022-77.**

**Ao Setor Responsável pela Formalização da Demanda Processual,**

Considerando o processo de nº 94/2024 que prevê a Contratação Direta por Dispensa/Inexigibilidade de Licitação, nos termos do artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, venho por meio deste, nos termos do inciso IV do mesmo artigo, que trata sobre a instrução processual, informar que existe previsão orçamentária (anual) no valor estimado de **R\$ 24.773,76 (vinte e quatro mil, setecentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos)**, conforme abaixo descrito Programa e Código de Despesa:

**PROGRAMA DE TRABALHO Nº: 091.122.0028.2.101000.**

**FONTE DE RECURSOS Nº: 180200 – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.**

**CÓDIGO Nº: 1301.**

**ELEMENTO DE DESPESA Nº: 33.90.39.99.00.00.**

Segue para a Elaboração do Termo de Referência (TR).

**Patrícia Castro Machado**

**Matrícula nº: 4970**

**Chefe de Contabilidade**



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

(IN SEGES nº 81 de 25/11/2022)

(IN SEGES nº 81 de 25/11/2022 e Art. 187. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão aplicar os regulamentos editados pela União para execução da Lei nº 14.133/2021, diante da ausência de norma específica no âmbito Municipal.)

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Saquarema – IPRES.  
Processo Administrativo nº: 94/2024.

### **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS:**

- A) SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO;
- B) A ESPECIFICAÇÃO DO BEM OU DO SERVIÇO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DE QUALIDADE, RENDIMENTO, COMPATIBILIDADE, DURABILIDADE E SEGURANÇA;
- C) A INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS, QUANDO FOR O CASO;
- D) A ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO;

- 1.1. Contratação da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV S.A., para execução de serviços técnicos especializados de tecnologia da informação e comunicações – TIC, de solução única, padronizada para acesso, por meio de API's, aos dados do Sistema de Informações de Registro Civil – SIRC, plataforma digital que conecta os cartórios aos ambientes de governo eletrônico do Estado Brasileiro.
- 1.2. A solução de TI consiste na contratação da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV S.A. para disponibilizar a solução Dados como Serviço (*DaaS – Data as a Service*), visando acesso aos dados do SIRC, com foco em atender às necessidades de qualificação dos dados do IPRES, conforme autorização concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, na forma do artigo 2º da Resolução nº 4/2019 do Comitê Gestor do Sistema Nacional de Registro Civil – CGSIRC.
- 1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário. O contrato terá vigência pelo período de **05 (cinco) anos**, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por períodos subsequentes até o limite de 10 (dez) anos, na forma prevista nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de luxo, conforme Decreto nº 10.818 de 27 de setembro de 2021.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES, QUANDO ELABORADOS:**



2.1. A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo ao presente processo administrativo.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (2024), conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO, COM PREFERÊNCIA A ARRANJOS INOVADORES EM SEDE DE ECONOMIA CIRCULAR:**

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo ao presente processo administrativo.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

4.1. Os requisitos da contratação encontram-se fundamentados no Estudo Técnico Preliminar anexo aos autos.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO:**

5.1. A presente contratação destina-se a atender às necessidades de negócio do IPRES que, para o bom desempenho de suas atividades no atendimento de suas atribuições legais e no cumprimento de políticas públicas a elas confiadas, faz uso dos serviços de consulta aos dados dos sistemas hospedados na DATAPREV, sob responsabilidade do órgão gestor dos dados.

5.2. A solução deverá permitir a disponibilização do acesso aos dados dos sistemas hospedados na DATAPREV, através de consultas *on-line* por API/*webservice* e a prestação de todos os serviços de segurança da informação necessários a assegurar a integridade, confiabilidade, disponibilidade e autenticidade da informação, todavia a contratada não se responsabilizará pela guarda da informação na infraestrutura do Contratante.

5.3. O serviço de consumo deverá ser provido *on-line* e deverá ser prestado via API/*Web service* ou tecnologia similar, conforme definido pelo Gesto dos Dados.

5.4. O serviço de consumo deverá estar de acordo com indicador de nível de serviço.

5.5. Todos os serviços de segurança da informação necessários a assegurar a integridade, confiabilidade, disponibilidade e autenticidade da informação deverão ser prestados.

5.6. O Serviço de suporte ao usuário deverá ser disponibilizado, nos dias úteis das 7 h às 19 h, através da plataforma eletrônica para abertura de chamados.

5.7. Nesta contratação devem ser observadas as seguintes leis e normas: Lei 14.133/2021 de 01 de abril de 2021, que institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública;

5.8. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Legislação brasileira que regula as atividades de tratamento de dados pessoais e que também altera os artigos 7º e 16º do Marco Civil da Internet;

5.9. Resolução CGSIRC nº 4/2019 e Decreto nº 10.046 de 09 de outubro de 2019.



**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE:**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

- **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133 de 2021, artigo 117, *caput*).

- **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133 de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246 de 2022, art. 22, II);

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246 de 2022, art. 22, III);

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246 de 2022, art. 22, IV);

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).



6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

- **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

- **Gestor do Contrato**

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a



serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

- 6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

### • Liquidação

- 7.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis para fins de liquidação**, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.3. o prazo de validade;
- 7.4. a data da emissão;
- 7.5. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.6. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.7. o valor a pagar; e
- 7.8. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.





7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

- **Prazo de pagamento**

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa**, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.17. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

- **Forma de pagamento**

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicadas pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR, OPTANDO-SE PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE TÉCNICA E PREÇO, CONFORME O DISPOSTO NO § 1º DO ART. 36 DA LEI Nº 14.133, DE 2021, SEMPRE QUE A AVALIAÇÃO E A PONDERAÇÃO DA QUALIDADE TÉCNICA DAS PROPOSTAS QUE SUPERAREM OS REQUISITOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NO EDITAL FOREM RELEVANTES AOS FINS**



**PRETENDIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO:**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **INEXIGIBILIDADE** de licitação, com fundamento na hipótese do **artigo 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021** e do que dispõe o Decreto Municipal nº 2.723 de 10 de janeiro de 2024.

**Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:**

**I – aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;**

Conforme Declarações de Exclusividade DEC/DRN/1/2024 (Nº SEI! 0009708) e DEC/DRN/2/2024 (Nº SEI! 0009718) anexas, a DATAPREV S.A é prestadora exclusiva do serviço de Application Programming Interface – API's e de Batimento de Dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil aos clientes elegíveis para requisitar e obter tais informações.

- **Forma de Fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será de forma integral.

- **Exigências de habilitação**

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) *SICAF;*

b) *Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));*

c) *Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)*

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.



- 8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:
- **Habilitação jurídica**
- 8.14. **Pessoa Física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.15. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.16. **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.17. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social do Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.18. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da



unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- 8.19. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.20. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.21. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.22. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n.º 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 8.23. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.24. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- **Habilitação fiscal, social e trabalhista**
- 8.25. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.26. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751 de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.27. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.28. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



- 8.29. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943;
- 8.30. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.31. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.32. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.33. O fornecedor enquadrado como micro empreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 está dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

• **Qualificação econômico-financeira e técnica**

- 8.34. A Administração deve examinar, diante do caso concreto, se o objeto da contratação demanda a exigência de todos os requisitos de habilitação apresentados na Lei nº 14.133/2021, levando-se em consideração o vulto e/ou a complexidade e a essencialidade do objeto, bem como os riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade econômica da contratada em suportar os deveres contratuais, excluindo-se o que entender excessivo. Nesse sentido, a exigência pode restringir-se a alguns itens, como, por exemplo, somente aos itens não exclusivos a microempresa e empresas de pequeno porte, **ou mesmo não ser exigida para nenhum deles, caso em que deve ser suprimida do documento.** A exigência de qualificação técnica e econômica nas circunstâncias previstas no art. 70, III da Lei n.º 14.133, de 2021, deve ser excepcional e justificada, à luz do art. 37, XXI, da Constituição Federal.

**9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS:**

- 9.1. A quantidade a ser contratada será o **Pacote 1, com capacidade de 3.000 (três mil) requisições/mês, no valor mensal de R\$ 2.064,48 (dois mil e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos)**, conforme tabela constante no “ITEM 4 – PREÇO E PRAZO DE CONTRATAÇÃO”, do Modelo de Negócio MDN/DIMN/7/2024 (Nº SEI! 0011969) 44129.002793/2024-14 – Nome da Solução: DaaS – Dados como Serviço – Versão: 1.2, anexo aos autos.



9.2. O valor total anual da contratação será de R\$ 24.773,76 (vinte e quatro mil, setecentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos).

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, QUANDO NÃO SE TRATAR DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE):**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Saquarema – IPRES.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- i) **PROGRAMA DE TRABALHO Nº: 091.122.0028.2.101000.**
- ii) **FONTE DE RECURSOS Nº: 180200 – Taxa de Administração.**
- iii) **CÓDIGO Nº: 1301.**
- iv) **ELEMENTO DE DESPESA Nº: 33.90.39.99.00.00.**

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

Saquarema, 19 de julho de 2024.

**Responsável pela Formalização da Demanda Processual**

**Gabriela Alves de Araújo**

**Diretora de Administração e Finanças**

**Matrícula nº 66176-1**

Encaminhe-se à Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Saquarema – IPRES, para análise e deliberação sobre este Termo de Referência e o prosseguimento da solicitação de aquisição/contratação.

De acordo,

**Nilmar Epaminondas da Silva**

**Presidente do IPRES**

**Matrícula nº 9028**



Saquarema, 23 de julho de 2024.

PROCESSO Nº: 94/2024.

ASSUNTO: JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

### JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

#### I – DO OBJETO:

Tratam os presentes autos de procedimento que tem por objeto a **Contratação de Serviços de acesso ao Sistema Nacional de Informações de Registros Cíveis (SIRC), por meio do DaaS API's, diante da autorização do INSS para contratação da DATAPREV para obtenção dos dados de óbitos, conforme Ofício SEI nº 545/2024/DIRBEN-INSS, Processo nº 35014.130972/2022-77.**

#### II – DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE:

No caso em análise, percebe-se a **inviabilidade** de competição para a contratação dos serviços, diante da exclusividade da DATAPREV S.A, abrindo margem para cabimento de contratação através de **Inexigibilidade** de licitação, conforme adiante se demonstrará.

#### III – DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Contratação de Serviços de acesso ao Sistema Nacional de Informações de Registros Cíveis (SIRC), pois obtivemos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a autorização para contratação da DATAPREV para obtenção dos dados de óbitos, conforme Ofício SEI nº 545/2024/DIRBEN-INSS, Processo nº 35014.130972/2022-77.

A utilização do sistema tem por finalidade a suspensão de proventos previdenciários, sejam eles de aposentadorias e/ou pensionistas, concedidos exclusivamente por esta Autarquia, diante do óbito dos beneficiários.

O SIRC é uma base de governo que tem por finalidade captar, processar, arquivar e disponibilizar dados relativos a registros de nascimento, casamento, óbito e natimorto, produzidos pelos cartórios de registro civil das pessoas naturais.

O compartilhamento desses dados é de grande interesse para o IPRES, uma vez que agilizará o acesso a informações de óbitos de servidores aposentados e pensionistas a fim de evitar o pagamento indevido de benefícios ou até mesmo fraudes, bem como otimizar os processos de trabalho do Setor de Recursos Humanos que utiliza essas informações.

*Renata Beatriz Souza Azedias*  
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO  
MAT.: 0007-IPRES



Para reduzir as chances de fraudes e de concessão equivocada de benefícios, a necessidade do IPRES é predominantemente sobre os registros de óbitos. Porém, eventualmente, podem ser necessárias consultas também a registros de casamentos e de nascimentos, embora em menor quantidade quando comparado ao de óbitos.

#### IV – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

*(...) “XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que foi revogada pela **Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021** – Nova Lei de Licitações e Contratos.

Na aplicação da referida lei serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).





Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no **artigo 74 da Lei nº 14.133/2021** onde se verifica ocasião em que é cabível a **INEXIGIBILIDADE** de licitação:

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

*I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos;*

*II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;*

*III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*

*a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;*

*b) pareceres, perícias e avaliações em geral;*

*c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;*

*d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;*

*e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;*

*f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*

*g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;*

*h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras*

*e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;*

*IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;*



*V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.*

*§ 1º Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.*

*§ 2º Para fins do disposto no inciso II do caput deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.*

*§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.*

*§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.*

*§ 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do caput deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:*

*I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;*

*II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;*

*III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.*



Marçal Justen Filho (JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005. P 347) sintetiza a inviabilidade de competição nas situações de: ausência de pluralidade de alternativas; ausência de mercado concorrencial; impossibilidade de julgamento objetivo; ausência de definição objetiva da prestação.

#### V – DAS COTAÇÕES E JUSTIFICATIVA DE PREÇO:

A quantidade a ser contratada será o **Pacote 1, com capacidade de 3.000 (três mil) requisições/mês, no valor mensal de R\$2.064,48 (dois mil e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos)**, conforme tabela constante no “ITEM 4 – PREÇO E PRAZO DE CONTRATAÇÃO”, do Modelo de Negócio MDN/DIMN/7/2024 (Nº SEI! 0011969) 44129.002793/2024-14 – Nome da Solução: DaaS – Dados como Serviço – Versão: 1.2, anexo aos autos. **O valor total anual da contratação será de R\$ 24.773,76 (vinte e quatro mil, setecentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos).**

#### VI – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE:

Conforme Declarações de Exclusividade DEC/DRN/1/2024 (Nº SEI! 0009708) e DEC/DRN/2/2024 (Nº SEI! 0009718) anexas aos autos, a DATAPREV S.A é prestadora **exclusiva** do serviço de *Application Programming Interface – API's* e de Batimento de Dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil aos clientes elegíveis para requisitar e obter tais informações. Portanto, diante da **inviabilidade de competição em decorrência da exclusividade**, justifica-se a escolha da fornecedora dos serviços, sendo sua qualificação: **EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA – DATAPREV S.A, empresa pública inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.422.253/0001-01, com sede na ST DE AUTARQUIAS SUA, QUADRA 01, BLOCOS E/F (PARTE), BRASÍLIA/DF, CEP 70.070-935.**

#### VII – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL:

A Administração deve examinar, diante do caso concreto, se o objeto da contratação demanda a exigência de todos os requisitos de habilitação apresentados na Lei nº 14.133/2021, levando-se em consideração o vulto e/ou a complexidade e a essencialidade do objeto, bem como os riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade econômica da contratada em suportar os deveres contratuais, excluindo-se o que entender excessivo.

Nesse sentido, a exigência pode restringir-se a alguns itens, como, por exemplo, somente aos itens não exclusivos a microempresa e empresas de pequeno porte, ou mesmo não ser exigida para nenhum deles, caso em que deve ser suprimida do documento.



A exigência de qualificação técnica e econômica nas circunstâncias previstas no art. 70, III da Lei n.º 14.133, de 2021, deve ser excepcional e justificada, à luz do art. 37, XXI, da Constituição Federal.

Resta deixar consignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal, conforme os anexos.

#### **VIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Para custear as despesas decorrentes desta inexigibilidade de licitação, serão usadas as seguintes dotações orçamentárias:

**PROGRAMA DE TRABALHO Nº: 091.122.0028.2.101000.**  
**FONTE DE RECURSOS Nº: 180200 – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.**  
**CÓDIGO Nº: 1301.**  
**ELEMENTO DE DESPESA Nº: 33.90.39.99.00.00.**

#### **IX – CONCLUSÃO:**

Diante de todo o exposto, considerando a inviabilidade de competição em decorrência da exclusividade, é cabível a **INEXIGIBILIDADE**. Além disso, a empresa fornecedora cumpre os requisitos necessários para a contratação direta, bem como apresenta preço razoável. Com isso, diante do interesse público e zelando pelo cumprimento dos princípios norteadores da Administração Pública, a presente contratação é justificável.

  
Renata Beatriz Souza Azedias  
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO  
MAT.: 0007-IPRES

**Renata Beatriz Souza Azedias**  
**Agente de Contratação**  
**Matrícula nº 0007/IPRES**  
**Portaria de designação nº 12, de 15/02/2024**



## PROPOSTA COMERCIAL

PC/230/2024 (Nº SEI! 0044282)

### 1. Objetivo da Proposta

O objetivo da presente Proposta Comercial é descrever as condições, prazos e valores para a contratação e consumo de APIs sob o modelo **DaaS – Data as a Service** ao cliente **Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Saquarema / RJ - IPRES**.

Cabe ressaltar que todos os termos se baseiam nas premissas e condições descritos no **Anexo II**.

Os princípios de segurança da informação e privacidade seguidos pela Dataprev podem ser consultados na sua Política de Segurança da Informação e comunicações disponível na lista de arquivos <https://portal3.dataprev.gov.br/acesso-informacao/tratamento-de-dados-pessoais>

O consumo dos dados se dará por APIs: trata-se de integração entre sistemas, ou seja, após a contratação será disponibilizada uma chave de acesso que permitirá que o seu sistema se integre ao nosso.

Para isso faz-se necessário o desenvolvimento dessa interface de integração. Aqui não estamos falando de conceder acesso a um portal ou a um sistema com dados e sim a uma chave que permitirá que, a partir do seu próprio sistema, a consulta seja feita diretamente em nosso sistema.

Para isso o Contratante terá que contar com o apoio da sua área de TI. Para mais informações técnicas e de contratação acerca dos serviços, acesse o <https://docs.dataprev.gov.br>

### 2. Descrição dos Serviços

A solução proposta é a disponibilização e acesso online, **mediante processo de autorização próprio específico a cada uma**, às seguintes APIs:

- API Benefício
- API Compensação Previdenciária
- API eConsignado
- API Enquadramento de Renda
- API ePasseLivre
- API Pessoa com Deficiência
- API Pessoa Física
- API Pessoa Jurídica
- API Registro Civil

Assinado Digitalmente por: NILMAR

EPAMINONDAS DA SILVA

Data: 2024.07.23 10:54:18 -03:00

- API Relação Trabalhista
- API Renda Familiar
- API Sócio Responsável
- API Transporte Privado
- API CADUNICO

Essa Proposta Comercial segue os níveis de serviço definidos no documento **DaaS – Dados como Serviço Modelo de Negócio de 19/02/2024, Versão 1.2.**

### 3. Preço e Prazo de Contratação

Conforme o **Modelo de Negócio DaaS – Dados como Serviço Versão 1.2**, o valor praticado por cada pacote é apresentado na Tabela 1.

A volumetria indicada pelo cliente foi de **3000** requisições mensais e se encaixa na faixa **1** acima indicada e enseja o valor mensal para o contrato de **R\$ 2.064,48 ( Dois mil e sessenta e quatro reais quarenta e oito centavos )** por mês.

O serviço de DaaS tem prazo mínimo de contrato de 12 (doze) meses.

Produto de Negócio	Código do Componente	Pacote	Capacidade	Preço
4000225	5053075	1	3.000 requisições/mês	R\$ 2.064,48
		2	30.000 requisições/mês	R\$ 18.064,20
		3	100.000 requisições/mês	R\$ 51.612,00
		4	500.000 requisições/mês	R\$ 215.050,00
		5	3.000.000 requisições/mês	R\$ 1.032.240,00

Tabela 1 - Valores por pacote mensal

### 4. Do Reajuste

Os preços inicialmente contratados serão reajustados após o período de um ano, contado da data de emissão desta Proposta Comercial, utilizando-se, para tanto, o índice **ICTI/IPEA** e aplicando a fórmula de reajuste da Figura 1.

Figura 1 - Fórmula de Reajuste

Os reajustes subsequentes ao primeiro serão efetuados quando se completarem períodos múltiplos de um ano, contados sempre do último reajuste ou da emissão desta Proposta Comercial.

## 5. Contato

O contato para tratativas relativas à contratação dos serviços será conduzido pela Superintendência de Relacionamento Comercial e Mercados da Dataprev, pela equipe abaixo relacionada.

Perguntas ou comentários relativos ao tema de tratamento de dados pessoais sob controle da Dataprev podem ser submetidos à:

**Nome:** Marcela Luci Formighieri **Contato:** [Ouvidoria da Dataprev](#)

Contato	Nome	Telefone	e-mail
Gerente de Relacionamento	Reges Mesquita Aragao	(61) 3207-3290	reges.aragao@dataprev.gov.br

Tabela 2 - Contatos Comerciais

## 6. Validade da Proposta

A presente proposta tem o **prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias** contados a partir da data de sua assinatura ou até efetivação do instrumento contratual referente à disponibilização do serviço, o que ocorrer primeiro.

---

**Pedro Neto de Oliveira**  
**Gerente do Departamento de Relacionamento Comercial DERC**  
**DERC/Dataprev**

## Anexo I – Outras Condições

Após a confirmação das condições dessa Proposta Comercial com a assinatura do contrato, deverá ser encaminhado por meio de comunicação formal os usuários com acesso as API's selecionadas para consumo e os prazos de disponibilização serão acordados.

### 1. Local da Prestação dos Serviços

Os serviços objetos desta Proposta Comercial poderão realizados em qualquer um dos estabelecimentos da Dataprev, a saber:

#### **MATRIZ:**

- Brasília - DF  
CNPJ: 42.422.253/0001-01  
Setor de Autarquias Sul, quadra 1, blocos E/F

CEP: 70.070-931

#### FILIAIS:

- Rio de Janeiro - RJ  
CNPJ: 42.422.253/0002-84  
Rua Professor Álvaro Rodrigues, 460  
CEP: 22280-040
- Fortaleza - CE  
CNPJ: 42.422.253/0007-99  
Avenida Santos Dumont, 3060, 2º andar  
CEP: 60150161
- Florianópolis - SC  
CNPJ: 42.422.253/0017-60  
Rua Padre Roma, 409, Centro  
CEP: 88010-090
- São Paulo - SP  
CNPJ: 42.422.253/0019-22  
Rua Dr. Manoel Vitorino, 343, Brás  
CEP: 03.017-020
- Natal - RN  
CNPJ: 42.422.253/0035-42  
Rua Apodi, 2150, andar 4, Tirol  
CEP: 59020-130
- João Pessoa - PB  
CNPJ: 42.422.253/0037-04  
Avenida Getúlio Vargas, 47, Centro  
CEP: 58013-240

## 2. Ateste dos Serviços

Após a execução dos serviços a DATAPREV deverá apresentar o **Relatório de Aprovação de Serviços – RAS**, de acordo com modelos usuais utilizados por seus clientes, especificando o quantitativo apresentado na medição de cada item no respectivo período de apuração, sendo aferido a partir do quantitativo das respectivas unidades de medida dos serviços definidos.

A DATAPREV deverá apresentar também os **Relatórios de Gerenciamento de Nível de Serviço (RGNS)**, conforme modelos usuais utilizados com seus clientes.

A forma de cobrança e os preços contratados na presente proposta ocorrerão de acordo com o período de apuração dos serviços, que compreende o intervalo entre o 6º (sexto) dia do mês anterior até o 5º (quinto) dia do mês da prestação dos serviços.

**\* Este documento se torna válido a partir da assinatura de todos os signatários indicados em seu corpo, estando automaticamente invalidadas as assinaturas realizadas por usuários não indicados explicitamente no corpo deste documento.**





Documento assinado eletronicamente por **Pedro Neto de Oliveira, Gerente de Departamento**, em 19/07/2024, às 07:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e no Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://dataprev.sei.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://dataprev.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0044282** e o código CRC **44BFF150**.

Referência: Processo nº 44129.008612/2024-55

SEI nº 0044282



## DECLARAÇÃO

DEC/DRN/1/2024 (Nº SEI! 0009708)

## DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE

A **Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV S.A.**, inscrita no CNPJ n.º **42.422.253/0001-01**, por intermédio de seu representante legal o Sr. **Alan do Nascimento Santos**, portador(a) da Carteira de Identidade n.º **1162741 SSP-DF** e do CPF n.º **658.950.021-53**, DECLARA, para os devidos fins que a DATAPREV é prestadora exclusiva do serviço de Application Programming Interface - API's do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil aos clientes elegíveis para requisitar e obter tais informações.

Brasília, em 13 de março de 2024.

ALAN DO NASCIMENTO SANTOS  
Diretor

**\* Este documento se torna válido a partir da assinatura de todos os signatários indicados. Estando automaticamente invalidadas assinaturas posteriores realizadas por usuários não indicados.**



Documento assinado eletronicamente por **Alan do Nascimento Santos, Diretor(a)**, em 13/03/2024, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e no Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://dataprev.sei.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://dataprev.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0009708** e o código CRC **FD2191ED**.



## DECLARAÇÃO

DEC/DRN/2/2024 (Nº SEI 0009718)

### DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE

A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV S.A. , inscrita no CNPJ n.º 42.422.253/0001-01, por intermédio de seu representante legal o Sr. Alan do Nascimento Santos, portador(a) da Carteira de Identidade n.º 1162741 SSP-DF e do CPF n.º 658.950.021-53, DECLARA, para os devidos fins que a DATAPREV é prestadora exclusiva do serviço de Batimento de Dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil aos clientes elegíveis para requisitar e obter tais informações.

Brasília, em 13 de março de 2024.

ALAN DO NASCIMENTO SANTOS  
Diretor

\* Este documento se torna válido a partir da assinatura de todos os signatários indicados. Estando automaticamente invalidadas assinaturas posteriores realizadas por usuários não indicados.



Documento assinado eletronicamente por Alan do Nascimento Santos, Diretor(a), em 13/03/2024, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e no Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://dataprev.sei.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://dataprev.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 0009718 e o código CRC 0AB3CF08.




**AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Processo Administrativo nº 94/2024.

Assunto: Contratação de Serviços de acesso ao Sistema Nacional de Informações de Registros Cíveis (SIRC), por meio do DaaS API's, diante da autorização do INSS para contratação da DATAPREV para obtenção dos dados de óbitos, conforme Ofício SEI nº 545/2024/DIRBEN-INSS, Processo nº 35014.130972/2022-77.

Autorizo, com respaldo nas justificativas apresentadas nos autos do Processo Administrativo nº 94/2024, confirmado através da emissão do parecer favorável da Procuradoria Jurídica e ainda da análise conclusiva da Diretoria de Controle Interno, a **INEXIGIBILIDADE** de licitação, em favor da **EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA – DATAPREV S.A**, empresa pública inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.422.253/0001-01, com sede na **ST DE AUTARQUIAS SUA, QUADRA 01, BLOCOS E/F (PARTE), BRASÍLIA/DF, CEP 70.070-935**, para Contratação de Serviços de acesso ao Sistema Nacional de Informações de Registros Cíveis (SIRC), por meio do *DaaS API's*, diante da autorização do INSS para contratação da DATAPREV para obtenção dos dados de óbitos, conforme Ofício SEI nº 545/2024/DIRBEN-INSS, Processo nº 35014.130972/2022-77, no valor total anual de R\$ 24.773,76 (vinte e quatro mil, setecentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos), fundamentado no artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Saquarema, 23 de julho de 2024.

  
**Nilmar Epaminondas da Silva**  
Presidente do IPRES  
Matrícula nº 9028



## EXTRATO DO TERMO DE RATIFICO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

**Processo Administrativo nº 94/2024.**

**Ratifico**, com respaldo nas justificativas apresentadas nos autos do Processo Administrativo nº 94/2024, confirmado através da emissão do parecer favorável da Procuradoria Jurídica e ainda da análise conclusiva da Diretoria de Controle Interno, a Inexigibilidade de licitação, em favor da EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA – DATAPREV S.A, empresa pública inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.422.253/0001-01, com sede na ST DE AUTARQUIAS SUA, QUADRA 01, BLOCOS E/F (PARTE), BRASÍLIA/DF, CEP 70.070-935, para Contratação de Serviços de acesso ao Sistema Nacional de Informações de Registros Cíveis (SIRC), por meio do *DaaS API's*, diante da autorização do INSS para contratação da DATAPREV para obtenção dos dados de óbitos, conforme Ofício SEI nº 545/2024/DIRBEN-INSS, Processo nº 35014.130972/2022-77 (SEI), no valor total anual de R\$ 24.773,76 (vinte e quatro mil, setecentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos), fundamentado no artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Saquarema, 11 de setembro de 2024.

**Nilmar Epaminondas da Silva**  
**Presidente do IPRES**

[Execução das Contratações](#) > [Contrataç](#)

## Divulgação do Processo de Compra



## Resumo da Contratação

Visualize os dados de uma contrat

Execução da Contratação: 931112 - 7/

## Dados Básicos da Contrata

## Número do Processo

94/2024

## Fundamento Legal

Lei 14.133/2021, Art. 74, I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de generos ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos

## Categoria

Serviços

## Moeda

Real

## Tipo de objeto

Não se aplica

## Objeto

Contratação de Serviços de acesso ao Sistema Nacional de Informações de Registros Civis (SIRC), pois obtivemos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a autorização para contratação da DATAPREV para obtenção dos dados de óbitos, conforme Ofício SEI nº 545/2024/DIRBEN-INSS, Processo nº 35014.130972/2022-77.

## Informações Complementares

Conforme Declarações de Exclusividade DEC/DRN/1/2024 (Nº SEI! 0009708) e DEC/DRN/2/2024 (Nº SEI! 0009718) anexas, a DATAPREV S.A é prestadora exclusiva do serviço de Application Programming Interface – API's e de Batimento de Dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil aos clientes elegíveis para requisitar e obter tais informações.

Divulgar a contratação



FECHAR

## Lista de Materiais e/ou Serviços Incluídos ^

[1](#) Treinamento Informática - Sistema / ...

Código: 3840

[<apelido>](#)

Quantidade Total: 12

Unidade Fornecimento: UNIDADE

Valor Estimado (unitário): [R\\$ 2.064,4800](#)

## Artefatos vinculados ^



Atenção. Nenhum artefato foi vinculado.

## Anexos ^

Nome do arquivo

Tipo

Data

Tamanho

Ações










01. Documento de Formalizacao de Demanda.pdf

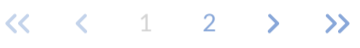
DFD

17/09/2024

930.454 KB



Nome do arquivo	Tipo	Data	Tamanho	Ações
07. Termo de Referencia.pdf	Divulgação do Processo de Compra		3.673 KB	
08. Justificativa da Contrataç			0.573 KB	
09. Proposta Comercial.pdf	<b>Sucesso ao Divulgar Processo de Contratação</b>		7.514 KB	
Declaracao de Exclusividade	 <b>Atenção!</b> A publicação da sua contratação no PNCP está sendo realizada. Por favor aguarde enquanto os demais dados cadastrados são processados e divulgados. O envio continuará sendo processado mesmo que esta janela seja fechada.		74 KB	
10. Autorizacao da Contrataç			236 KB	
02. Estudo Tecnico Prelimina	Processo de divulgação da contratação iniciado. Id da contratação no PNCP: 32557811000184-1-000007/2024		4.384 KB	
03. Analise de Riscos.pdf			4.936 KB	
04. Justificativa de Preco.pdf			854 KB	
05. Pesquisa de Precos.pdf			.044 KB	



## Responsáveis

CPF	Nome	Cargo/Função
131.988.917-44	GABRIELA ALVES DE ARAUJO	Responsável pela contratação direta
777.684.777-15	NILMAR EPAMINONDAS DA SILVA	Autoridade competente

Divulgar a contratação



Em caso de dúvidas, entre em contato com a Central de Atendimento - por meio do endereço eletrônico: <https://portaldeservicos.economia.gov.br> ou do telefone 0800.978.9001.